



# Zona Costeira

DESAFIOS, PRÁTICAS E SOLUÇÕES



## **GISELE PORTO**

**Coordenadora do GT 4ª CCR - Zona Costeira**

**Coordenadora do MPF-Gerco**



## **1. Gerenciamento Costeiro INTEGRADO**

## **2. Motivos para o MPF participar**

**Desenvolvimento Sustentável**

**Princípio da Cooperação**

**Princípio da Informação e Participação**

**Princípio da Prevenção - Responsabilidade Integral**

**Resolutividade e Auto composição como prioridade**

## **3. Como participar**

**Materializando os princípios**

**Como?**

**Atentando para a distinção dos Papéis**

**Desatando os nós da comunicação**

**Preparando o relacionamento para possibilitar a tentativa de auto composição**



## 5ª Oficina Estadual de Capacitação em Gestão de Praias 2025

Rio de Janeiro/RJ – 10 a 12 de junho





## 1º dia – Sede do MPF (auditório)

Terça-feira	Palestras e Debates	Coordenação	Público principal
9h – 9h30	Recepção e boas-vindas		
9h30 – 10h	Mesa de Abertura	MPF-Gerco	Todos
10h – 11h	TAGP – Conceitos e Premissas	SPU	Todos
11h – 11h15	<i>Intervalo</i>		
11h15 – 12h	Planejamento Espacial Marinho – PEM	SECIRM	Todos
12h – 14h	<i>Intervalo almoço</i>		
14h – 15h	O Projeto Orla e o Plano de Gestão Integrada	MMA	Todos
15h – 15h30	Panorama da Gestão de Praias no Estado	CEPO	Todos
15h30 – 16h	Boas Práticas na Implementação de PGIs	CEPO	Todos
16h – 16h15	<i>Intervalo</i>		
16h15 – 16h45	Bandeira Azul - Certificação Internacional de Praias	IAR	Todos
16h45– 17h15	Gestão Patrimonial da Orla - Fiscalização	SPU	Todos
17h15 – 19h	Lanche no terraço - Exposições emprestadas pelo Museu Naval: Águas do Brasil e Mar Limpo é Vida!	MPF-Gerco	Todos





## 2º dia – Sede do MPF (auditório)

Quarta-feira	Palestras e Debates	Coord.	Público principal
9h30 – 10h15	<b>Grupo de Atuação Conjunta Especial - GACE/CAO MA/PRAIAS</b>	MPPE	Procuradores Municipais e da República, AGUs, Promotores, Técnicos do Judiciário, da SPU, do Estado e dos municípios. Todos
10h15 – 11h	<b>Ações Judiciais, Acordos e TACs</b>	AGU/MPF	
10h30 – 11h15	<i>Intervalo</i>		
11h15 – 12h	<b>NUPIA - Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição</b>	MPF	
12h – 14h	<i>Intervalo Almoço</i>		
14h – 15h	<b>O Termo de Adesão à Gestão de Praias</b>	AGU	Técnicos municipais (gestão e fazenda)
15h – 15h30	<b>TAGP e Projeto Orla – Adesão, contratação facilitador, páginas internet e relatórios</b>	SPU	
15h30 – 16h15	<b>Destinações de áreas no âmbito do TAGP: cessões e permissões de uso, avaliações, cobranças e gestão de receitas</b>	SPU	Técnicos municipais (gestão e fazenda)
16h15 – 16h30	<i>Intervalo</i>		
16h30 – 17h15	<b>Fontes de recursos para elaborar e implantar o Projeto Orla (financiamentos)</b>	SPU	Técnicos municipais (gestão e fazenda)
17h15 – 19h	<b>Lanche no terraço - Exposições emprestadas pelo Museu Naval: Águas do Brasil e Mar Limpo é Vida!</b>	SPU	Todos



## 2º dia – Sede da SPU ( somente presencial - auditório)

Quarta-feira	Palestras e Debates	Coordenação	Público principal
14h – 16h	Curso de capacitação para FISCAIS (parte I)	SPU/DECIP/CGFIS	Técnicos municipais que atuarão na fiscalização patrimonial de praias. Aberto para fiscais de outros entes.
16h – 16h15	<i>Intervalo</i>		
16h15 – 17h	Curso de capacitação para FISCAIS (parte II)	SPU/DECIP/CGFIS	Técnicos municipais que atuarão na fiscalização patrimonial de praias. Aberto para fiscais de outros entes.
17h – 17h30	<i>Síntese do dia e encerramento</i>	SPU/DECIP/CGFIS	Todos

### **SPU/RJ**

Av. Pres. Antônio Carlos, 375,  
sala 514 – Castelo  
Rio de Janeiro/RJ  
CEP: 20020-010



### **PRR2 - MPF/RJ**

Av. Almirante Barroso, 54,  
Centro - Rio de Janeiro/RJ  
CEP 20031-000





## 3º dia – Sede do MPF (auditório)

Quinta-feira	Palestras e Debates	Coordenação	Público principal
9h – 10h	<b>Destinos sustentáveis e o Fomento às Intervenções Integradas para a Orla - potenciais de investimentos públicos e privados;</b>	MTur	Todos
10h – 10h45	<b>Mudanças Climáticas e a Gestão Costeira e Marinha, Cidades Verdes Resilientes</b>	MMA	Todos
10h45 – 11h	<i>Intervalo</i>		
11h – 12h	<b>Cidades Sustentáveis - Projetos Urbanos Integrados</b>	M Cidades	Todos
12h – 14h	<i>Intervalo Almoço</i>		
14h - 15h30	<b>Boas Práticas: Prevenção e Proteção a Erosão Costeira no Litoral Norte Pernambucano e Paraibano</b>	MPF PE e PB / UFPE	Todos
15h30 – 16h15	<b>Guia de Diretrizes de Prevenção e Proteção à Erosão Costeira</b>	MPF	Todos
16h15 – 17h	<b>Licenciamento Ambiental na Costa</b>	INEA	Todos
17h – 17h15	<b>Considerações finais</b>	MPF Gerco	Todos
17h15 – 18h	Lanche no terraço - Lanche no terraço - Exposições emprestadas pelo Museu Naval: Águas do Brasil e Mar Limpo é Vida!		





## O que é o PAF?

O PAF-ZC (Plano de Ação Federal da Zona Costeira) é um instrumento do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituído pela Lei nº 7.661/88 e regulamentado pelo Decreto nº 5.300/04.

O PAF tem como objetivo facilitar a integração de políticas públicas que incidem na zona costeira, promovendo a atuação coordenada e a responsabilidade compartilhada entre os diferentes atores envolvidos.

São **objetivos** do PAF:

- Promover, entre os membros do GI-GERCO (Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro), ações integradas relacionadas à gestão costeira;
- Priorizar ações que desenvolvam a capacitação de pessoal e das instituições para a implantação e avaliação dos instrumentos de gerenciamento costeiro já existentes;
- Contribuir com experiências setoriais exitosas, buscando soluções inovadoras para a gestão. Ou seja, em última análise, o PAF busca identificar **sinergias** entre políticas, programas, projetos e ações que incidam na zona costeira do Brasil, fortalecendo a gestão integrada e sustentável desse território.



## O que **NÃO** é o PAF?

O PAF **não** é um novo planejamento na zona costeira do país. Ele não visa desenvolver novas ações e iniciativas;

O PAF **não** é um programa de ações específicas; ele orienta a integração de políticas, não define projetos;

O PAF **não** é um plano isolado; portanto deve se integrar com novas abordagens e iniciativas, como o PEM;

## PLANO DE AÇÃO FEDERAL DA ZONA COSTEIRA 2025-2027

<b>Ação 6</b>	<b>Promover ações para divulgação e implementação da Lei nº 13.240/15 e sua regulamentação sobre a transferência da gestão das praias aos municípios</b>	
<b>Coordenador</b>	MPF Gerco - MPF, SPU e MMA	
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	Dúvidas e desconhecimento sobre os efeitos da transferência por parte dos atores	
<b>Contexto / Justificativa</b>	Os atores institucionais mais diretamente envolvidos com a transferência de gestão e sua rotina operacional são dinâmicos, especialmente nas Prefeituras municipais, demandando ciclos de atualização/capacitação periódicos.	
<b>Objetivo</b>	Manter atualizadas as Superintendências do Patrimônio da União, e capacitar Membros do MPF, órgãos ambientais, Advogados da União e Prefeituras a exercer suas atribuições/competências.	
<b>Resultado</b>	Capacitações em formato híbrido (presencial com gravação/transmissão remota) realizadas nos estados costeiros	
<b>Cronograma</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo</b>
	1. Realizar 13 Oficinas Estaduais de Capacitação em Gestão de Praias com TAGPs vigentes	Out/2025
	2. Regulamentação das praias fluviais e estuarinas	Out/2026
	3. Realizar Oficinas Estaduais de Capacitação em Gestão de Praias com TAGPS vigentes	Out/2027
<b>Acompanhamento da Execução</b>	<b>Indicador</b>	<b>Meta</b>
	Oficinas realizadas	13
	Regulamento publicado	1
	Oficinas realizadas nos Estados costeiros	17

<b>Ação 10</b>	<b>Revisão e atualização do Guia de Diretrizes para Obras de Proteção e Prevenção à Erosão Costeira</b>	
<b>Coordenador</b>	MPF-Gerco (MPF, MMA, SPU) e Secretaria Nacional de Defesa Civil	
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	O Guia entrou em desuso por conta da falta de capacitação com os municípios, desatualização de processos legais, novos tipos de construção de obras costeiras e por necessidade de reavaliação	
<b>Contexto / Justificativa</b>	As obras de proteção costeira crescem em potencial com o aumento de desastres naturais, porém aquelas se desenvolvem à revelia de qualquer regularização técnica, ambiental e patrimonial. A necessidade de revisão vem sendo exposta desde 2022 por membros da Abema e por representantes da Defesa Civil Estadual e Municipal. Neste contexto, o PAF-ZC é um instrumento para aumentar não só a comunicação entre os atores, mas também reforçar o uso do Guia.	
<b>Objetivo(s)</b>	Revisar e Atualizar o Guia de Diretrizes para Obras de Proteção e Prevenção à Erosão Costeira	
<b>Resultado</b>	Novo Guia de Diretrizes para Obras de Proteção e Prevenção à Erosão Costeira	
<b>Cronograma</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo</b>
	1. Plano de comunicação e campanhas contínuas de divulgação da temática nas redes.	/2025
	2. Capacitações por meio da Plataforma Escola Virtual do Governo Federal sobre a temática de erosão costeira e obras costeiras, com o levantamento de informações municipais em conjunto.	/2025
	3. Consulta pública sobre o tema	/2025
	4. Oficinas temáticas com especialistas para confecção da estrutura do Novo Guia	/2026
	5. Apresentação do Novo Guia	/2027
<b>Acompanhamento da Execução</b>	<b>Indicador</b>	<b>Meta</b>
	Número de Municípios Costeiros capacitados e participantes do levantamento de informações	
	Acompanhamento de tipos de obras e processos de desenvolvimento de obras no Brasil	
	Número de instituições participantes da construção do Guia	





## Zona Costeira

DESAFIOS, PRÁTICAS E SOLUÇÕES



<b>Ação 11</b>	<b>Criação de Glossário multi-institucional de termos técnicos referentes à governança dos ecossistemas costeiros</b>	
<b>Coordenador</b>	MPF-Gerco (MPF, MMA, SPU) e Sociedade Civil	
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	Termos essenciais para o desenvolvimento da governança costeira, ainda que com previsão legal, ainda carecem de um documento multiinstitucional para solidificá-los na fiscalização, monitoramento e gestão de ecossistemas costeiros. Essa carência, facilita a deturpação desses termos para criar um estado de insegurança jurídica e técnica, com diferentes instituições delimitando os ecossistemas costeiros de acordo com suas conveniências e oportunidades.	
<b>Contexto / Justificativa</b>	Crescem o número de iniciativas estaduais para “delimitar faixa de praia/ou a praia”, de representações no MPF por conta de subdimensionamento da praia, de embates entre instituições na sobreposição de mapeamentos de feições, por conta de diferentes leituras de delimitações de “faixa de praia”, “campos de dunas”, “restingas”, ou de termos que condicionam fenômenos costeiros. Essa controvérsia não encontra solução em documentos oficiais, cria um cenário de insegurança jurídica e permite o uso da terminologia de acordo com interpretações pessoais.	
<b>Objetivo(s)</b>	Criar um glossário multiinstitucional de termos técnicos referentes à governança dos ecossistemas costeiros	
<b>Resultado</b>	Glossário de Termos Técnicos	
<b>Cronograma</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo</b>
	1. Plano de comunicação e campanhas contínuas de divulgação da temática nas redes.	/2025
	2. Reuniões técnicas com especialistas e representantes regionais para levantamento de informações e construção de consensos	/2025
	3. Elaboração de Relatório técnico sobre os termos e sua fundamentação	/2026
	4. Apresentação do Glossário.	/2026
<b>Acompanhamento da Execução</b>	<b>Indicador</b>	<b>Meta</b>
	Número de termos técnicos afeitos à governança dos ecossistemas costeiros	
	Instituições colaboradoras	
	Número de Reuniões técnicas	
	Relatório Técnico com os termos e sua fundamentação	

<b>Ação 12</b>	<b>Desenvolvimento de plataforma de alerta, monitoramento, contenção e detecção precoce de Espécies Exóticas Invasoras na Zona Costeira Brasileira</b>	
<b>Coordenador</b>	MPF, Sociedade civil e MMA	
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	O Relatório Temático Sobre Espécies Exóticas Invasoras, Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos de 2024 apresenta um grande risco para a questão da vulnerabilidade dos ecossistemas costeiros brasileiros frente ao cenário de desconhecimento e ingerência das espécies exóticas invasoras nesta região.	
<b>Contexto / Justificativa</b>	Atualmente, esta temática é conduzida pela Estratégia Nacional de Controle de Espécies Exóticas, no âmbito do MMA, no entanto, para a Zona Costeira não existem ou são tímidas as ações, ainda que este seja um dos ambientes mais vulneráveis às bioinvasões. Neste caso, membros da Estratégia Nacional tem se organizado em auxiliar iniciativas voltadas para Biomas e ecossistemas específicos, o que pode ser canalizado com a oportunidade do PAF-ZC.	
<b>Objetivo(s)</b>	Construir e reforçar a prevenção, o monitoramento e o controle de bioinvasões na Zona Costeira Brasileira.	
<b>Resultado</b>	Desenvolvimento de plataforma e estrutura específica para a questão de bioinvasões na Zona Costeira.	
<b>Cronograma</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo</b>
	1. Reunião com os representantes da Estratégia Nacional de Controle de Espécies Exóticas para definição do escopo da plataforma de informações.	/2025
	2. Levantamento de base de informações sobre a temática e elucidação das lacunas	/2025
	3. Desenvolvimento de plataforma de informações com os resultados e produção de Relatório Técnico	7/2026
	4. Realização de Seminário para divulgação dos resultados e produtos (MPF já tem um previsto para 2026 sobre o tema)	7/2026
<b>Acompanhamento da Execução</b>	<b>Indicador</b>	<b>Meta</b>
	Especialistas em espécies exóticas invasoras na Zona Costeira	
	Estratégias de monitoramento, alerta e detecção precoce	
	Relatório Técnico	
	Plataforma de informações constituída em sítio digital	



# Zona Costeira

DESAFIOS, PRÁTICAS E SOLUÇÕES



## O Projeto Orla



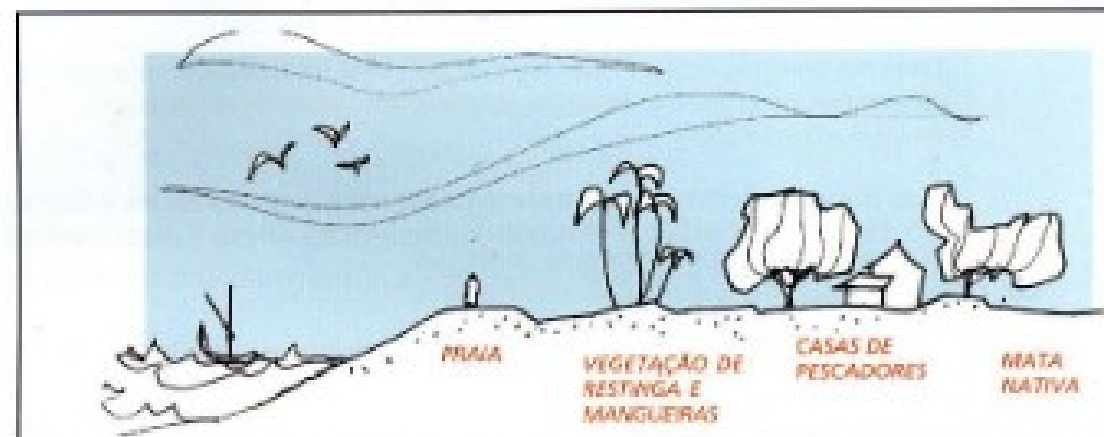


## Zona Costeira

DESAFIOS, PRÁTICAS E SOLUÇÕES

TRECHO *Praia de Caiçau, Perfil 1.*

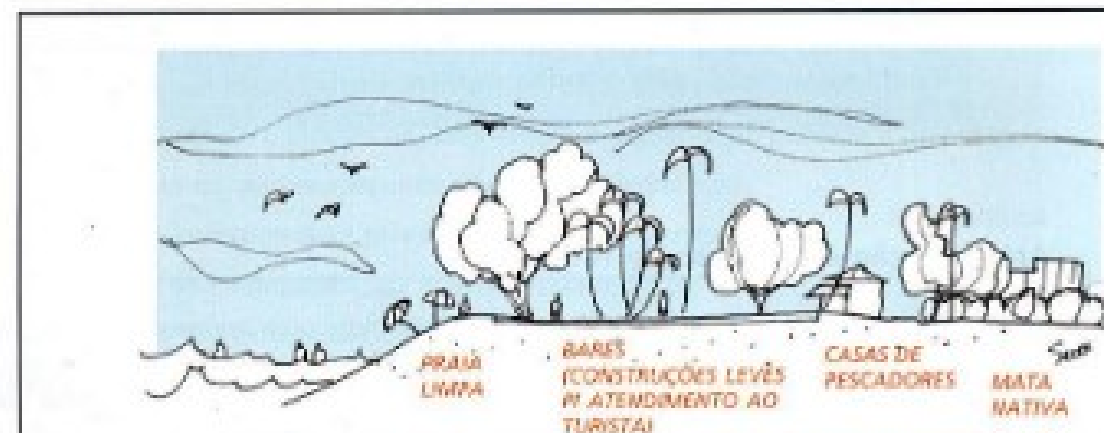
### SITUAÇÃO ATUAL



### TENDÊNCIA



### SITUAÇÃO DESEJADA









## Elaboração do PGI do Projeto Orla



**PGI é um  
Catálogo de  
Investimentos**  
(públicos e privados)



Instrumentalização / Diagnóstico

Oficina – etapa I

Consolidação

Oficina – etapa II

Aprovação do PGI (CEPO)

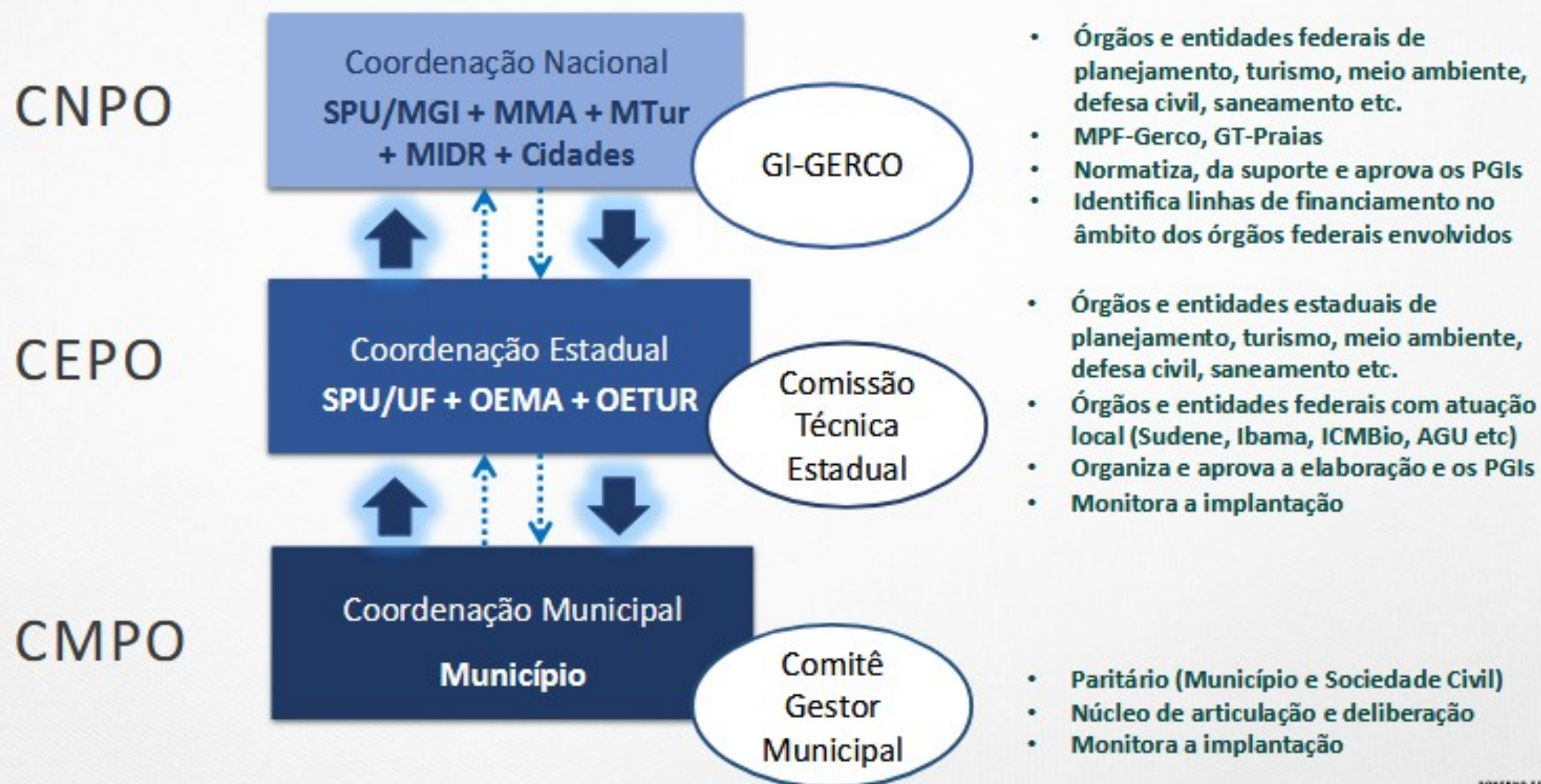
Legitimação do PGI – Audiência Pública

Implementação





## Arranjo Institucional do Projeto Orla





## Exemplos de ações do Projeto Orla

- Projetos de urbanização, paisagismo, contenção de risco e erosão.
- Padronização de quiosques e desocupação de praias.
- Saneamento básico, gestão resíduos sólidos, mobilidade e acessibilidade.
- Regularização fundiária e provisão habitacional.
- Recuperação de APPs.
- Disciplinamento de atividades em terra e no mar, sinalização etc.
- Equipamentos náuticos, instalação portuárias (pescadores), marinas.
- Hotel, resort, restaurantes etc.
- Proteção às comunidades locais e garantia de acesso às praias e ao mar



## Qualificação Ambiental

- Recuperação de áreas degradadas
- Proteção de dunas e restingas
- Proteção contra erosão costeira
- Gestão de resíduos sólidos
- Qualidade da água e da areia
- Educação ambiental
- ...

MMA

OEMA

SMMA





## Qualificação Urbana

- Planejamento urbano
- Melhoria do sistema viário (infraestrutura e mobilidade)
- Garantia do acesso universal
- Melhorias no sistema de saneamento básico
- Regularização fundiária e provisão habitacional
- Projetos e obras de prevenção à erosão costeira

SM X

MDR

SUDENE

OEPD





## Qualificação Turística

- Ordenamento da orla e garantia de acessibilidade universal,
- Estruturas de apoio aos usuários (locais e turistas) – estacionamentos, iluminação, segurança, postos médicos, serviços de atendimento capacitados, praças de esportes etc.
- Restaurantes, bares, hotéis, resorts, edifícios garagens, lojas etc.
- Agenda de eventos anuais
- Certificação de praias – publicidade universal

MTur

OETur

OMTur



## Qualificação da Vida Local

- Desocupação e recuperação das APPs
- Respeito ao zoneamento da orla – surf x pesca; lanchas x banhistas
- Respeito e proteção às comunidades tradicionais
- Instalações adequadas para barcos e equipamentos dos pescadores
- Estacionamentos adequados para usuários sem trancar as ruas
- Eventos noturnos têm que observar o ambiente ao redor
- Saneamento básico e gestão de resíduos sólidos
- Mediação de conflitos – redução das judicializações



# Zona Costeira

DESAFIOS, PRÁTICAS E SOLUÇÕES